

ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NO PARANÁ: UM MODELO EM DEBATE

Mariléia Cardoso de Miranda (C. E. C-M. Monsenhor Josemaría Escrivá)

RESUMO: O presente trabalho foi estruturado com base na experiência vivida no Colégio Cívico-Militar Monsenhor Josemaría Escrivá, Londrina-PR, frente à implementação do Programa das Escolas Cívico-Militares no Paraná na referida instituição de ensino. O objetivo desse artigo é analisar os aspectos positivos e negativos referentes a esse programa que visa sua implementação em regiões com grande vulnerabilidade social e violência, priorizando um ensino de qualidade que prepara os alunos para a vida em sociedade, valorizando a autonomia, a empatia, o respeito, a disciplina, a hierarquia e o patriotismo, sem impacto pedagógico, ou seja, os docentes que atuam nessas instituições não sofrem interferência militar, assim, não ocupam o lugar dos profissionais de educação. Porém, muitas promessas feitas aos pais e responsáveis de crianças e jovens que estudam nessas instituições, não foram cumpridas.

PALAVRAS-CHAVE: Escolas cívico-militares; gestão compartilhada; disciplina escolar.

Introdução

Em 26 de abril de 2024, foi realizado no âmbito do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina o 6º Estagiar – Encontro do Estágio de Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, com o tema “Ensino de Língua Portuguesa e Literatura em contextos cívico-militares”, quando discutiu-se sobre as escolas cívico-militares e a influência desse programa no processo pedagógico das escolas.

O Programa Colégios Cívico-Militares do Paraná funciona em parceria entre Secretaria Estadual de Educação e a Secretaria Estadual da Segurança Pública e tem apoio de militares do Corpo de Militares Estaduais Inativos Voluntários (CMEIV) do Estado do Paraná e a participação do corpo docente das instituições de ensino.

Conforme a Lei 20.338, de 06 de outubro de 2020 (Paraná, 2020), o programa tem o objetivo de ofertar educação de qualidade em um ambiente escolar seguro, promovendo, assim, a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, fortalecendo os valores humanos e cívicos. Os estudantes são incentivados a desenvolver habilidades de liderança, trabalho em equipe e responsabilidade social, assim, a disciplina tende a dar suporte a um aprendizado com mais eficácia, com metodologias que buscam ensinar valores que, muitas vezes, esses

jovens não encontram ou não vivenciam em seus lares, tais como responsabilidade, pontualidade e compromisso consigo mesmo e com o outro.

Além do enfrentamento à violência e promoção da cultura da paz no ambiente escolar, outro interesse do programa é o ensino de qualidade, que prepara os alunos para a vida em sociedade na qual se valoriza o respeito pelo próximo.

A implementação desse modelo de funcionamento nas escolas exige um processo de consulta pública com a participação da comunidade escolar. Além disso, um dos principais critérios considerados para a adoção desse modelo é a localização das escolas em áreas com elevados índices de vulnerabilidade social. Atualmente, o Estado do Paraná implantou 312 escolas cívico- militares, todas ligadas ao programa estadual, segundo a Secretaria de Estado da Educação e a maior parte dessas escolas se encontra em Curitiba (29) e Londrina (21). A gestão é compartilhada entre um diretor militar e um diretor civil, devendo haver um diálogo entre ambos os diretores, buscando ações conjuntas que possam aprimorar as práticas educativas. A parte didático-pedagógica é ministrada por professores e pedagogos da rede estadual de ensino, enquanto os militares ficam responsáveis pela parte disciplinar e atividades cívico-militares.

Frequentemente, há uma percepção equivocada de que a adoção desse modelo de escola impacta negativamente a parte pedagógica. No entanto, essa interferência não ocorre. Os profissionais envolvidos no processo educacional, incluindo professores, pedagogos e o diretor-civil têm autonomia para implementar qualquer pauta pedagógica que se encaixa dentro das leis da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Assim, pedagogicamente, não há mudanças, pois, os militares ficam a cargo da parte disciplinar dessas instituições, há uma disciplina mais rígida dentro do ambiente escolar, o que interfere na melhoria do ensino e da aprendizagem.

Os militares são exemplos de disciplina e, muitas vezes, inspiram os estudantes a terem mais comprometimento com os estudos, pois ambientes com mais disciplina tendem a favorecer a aprendizagem, reduzindo assim, distrações, como é possível verificar no trecho do documento abaixo:

Assim, destacamos que os valores de civismo, dedicação, excelência, honestidade e respeito são trabalhados dentro dos Colégios Cívico-Militares com o propósito único de colocar o bem da comunidade escolar e da sociedade em geral acima dos interesses individuais, pois busca o mais alto

nível de qualidade em tudo o que é ofertado na instituição de ensino. (Paraná, 2024, p. 7)

O programa é avaliado continuamente como forma de aferição da melhoria e do alcance das metas do modelo proposto, não havendo seleção de alunos para ingressarem no colégio, e, segundo dados do MEC (Ministério da Educação) esse modelo de escola se destacou na média nacional no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) divulgado no ano de 2023, com nota 7 para alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, enquanto a média nacional das escolas públicas foi de 4,9 para a mesma etapa de ensino.

1 Relato de experiência

No Colégio Cívico-Militar Monsenhor Josemaría Escrivá, localizado no Jardim Pacaembu, zona norte de Londrina, Paraná, o modelo cívico- militar foi implementado em 2021, onde houve uma consulta junto à comunidade escolar no ano de 2020, para a adesão ou não desse sistema, diante das situações de vulnerabilidade social na comunidade e no intuito de melhorar a disciplina e índices de rendimento escolar, o que levou a comunidade escolar a aderir ao programa e, para isso, a instituição passou por um processo de credenciamento para ingressar nesse modelo, que, por meio de consulta pública, incluindo professores, funcionários, pais e responsáveis e alunos maiores de 18 anos, tendo um total de 289 votos válidos, dos quais 254 a favor e 35 contra, passando, assim a atender as especificidades do Programa Cívico-Militar. Através da Resolução 76/2021 - GS/SEED, de 06 de janeiro de 2021, foi oficializada a mudança de nomenclatura da extinta Escola Estadual Monsenhor Josemaría Escrivá para “Colégio Estadual Cívico-Militar Monsenhor Josemaría Escrivá”.

A princípio, grande parte da comunidade escolar, inclusive professores, temiam que poderia haver um controle ideológico acerca da parte pedagógica, contudo, após a consulta e como citado anteriormente, a maioria escolheu pela implantação desse tipo de sistema. A nova estrutura absorveu todos os servidores já existentes e os alunos regularmente matriculados e também todas as ações pedagógicas e administrativas. Como esse novo modelo prezava por um novo conceito na maneira de ensinar, foi bem recepcionada pela comunidade escolar.

As formaturas estão inseridas na Proposta Pedagógica do PCCM/PR e são procedimentos que fazem parte de rotina diária dos colégios cívicos-militares, com a participação do estudante. Ao chegar à escola, o estudante deve dirigir-se para a quadra poliesportiva da instituição, entram em forma dentro da turma que já tem um local

preestabelecido. Esses atos são realizados diariamente antes de cada período, (matutino das 7h00 às 7h15m e vespertino das 12h45m às 13h00), os estudantes são orientados pelos monitores militares que também passam informações relevantes para uma boa convivência no ambiente escolar, além do hasteamento da Bandeira Nacional, o canto do Hino Nacional ou hino preestabelecido pelo diretor cívico-militar e palavras do diretor-geral ou diretor cívico-militar. Após a formatura, os professores da primeira aula buscam os alunos e os conduzem para as suas respectivas salas de aula. Os estudantes com dispensa médica acompanham todos os atos e avisos passados na formatura em um lugar adequado às suas necessidades.

2 Argumentos favoráveis às escolas cívico-militares

Os alunos têm acesso a uma formação cívica e moral, com componentes curriculares adicionais, como Cidadania e Civismo e aulas a mais de Matemática e Língua Portuguesa do que no ensino regular, pois são seis aulas de 50 minutos na grade curricular.

Ao ingressar nas instituições de ensino onde há essa oferta de programa, o estudante recebe 5 créditos de comportamento e a variação desses créditos ocorrerá de acordo com o F.O (Fato Observado), que é um reconhecimento público a uma ação meritória praticada pelo estudante, podendo acontecer um acréscimo de créditos ou um decréscimo de créditos, dependente da conduta do estudante, o monitor militar é responsável pela atualização da menção dos créditos dos estudantes e há um registro do acompanhamento da evolução comportamental que é compartilhado com a equipe gestora. Ao final de cada trimestre há a distribuição de certificados a estudantes com 100% de frequência e aos estudantes que obtiverem superação nos componentes curriculares.

Diariamente, há a presença de um monitor militar ou aluno monitor no portão da instituição de ensino no horário da entrada do período matutino e do vespertino para verificação imediata do cumprimento do horário pelos estudantes e sua apresentação individual e seu atraso é comunicado à família, que por sua vez, precisa justificar à direção geral.

Dentre outras atribuições, os monitores militares auxiliam na mediação de conflitos, na organização e acompanhamento do intervalo, manutenção e conexão dos equipamentos, etc.

Há o Programa Aluno-Monitor, um projeto que funciona como uma aula de reforço, em que alguns alunos ensinam outros alunos com baixo rendimento escolar e com alguma dificuldade e/ou defasagem, principalmente nos componentes curriculares de Matemática e Língua Portuguesa, tendo como objetivo melhorar aprendizagem e, para ser um aluno-monitor é preciso ter boas notas, responsabilidade, não faltar, ser pontual, respeitar os colegas, vontade de colaborar, se preparar bem para ajudar a turma, onde são mediados por professores dos componentes curriculares onde esses monitores atuam. Essa monitoria funciona como uma estratégia pedagógica, pois há alunos que têm vergonha de tirar dúvidas com o professor e com o colega monitor ele se sente mais à vontade, pois há uma interação entre pares.

3 Argumentos contra as escolas cívico-militares

Defende-se que o Programa Cívico-Militar é a solução para o atual cenário da educação, que engloba a violência e a baixa qualidade do ensino, porém, na prática, essa mudança nem sempre acontece, pois os militares da reserva que atuam nessas instituições não encontram respaldo para as ações mais firmes, pois encontram barreiras nos manuais e leis que precisam ser respeitadas, ou seja, a figura de um militar dentro do ambiente escolar nem sempre é sinal de segurança e disciplina.

Nesse modelo de escola, tanto no Colégio Cívico Militar Monsenhor Josemaría Escrivá, como em outras escolas cívico-militares do Paraná criou-se uma falsa sensação de resolução dos problemas educacionais, pois, muitas “promessas” que foram feitas à comunidade escolar onde esse modelo já foi implementado não foram cumpridas, tais como a distribuição de vários modelos de uniformes para todos os alunos, que aconteceu de forma insuficiente, pois foram fabricados no tamanho errado.

Outro aspecto negativo é que os estudantes passam por uma padronização, pois os meninos devem usar cortes curtos nos cabelos e as meninas devem usar cabelos amarrados e ambos devem priorizar a cor natural, isso pode fazer com que haja a perda das características que os identificam.

Outro aspecto levantado é que para se tornar cívico-militares, essas escolas devem passar por melhorias de infraestrutura, como reformas e compras de material escolar, além de outras intervenções e que, se essa verba fosse mandada para outras escolas públicas, seria

possível reduzir o número de alunos por sala, capacitar e aumentar os salários dos professores, melhorando assim, a qualidade da educação.

Considerações finais

Enfim, há que se pesar os pontos positivos e negativos no que diz respeito a esse modelo de ensino, pois, o tema tem despertado intensos debates que, por um lado, destacam-se a disciplina rigorosa e a estrutura organizacional que promovem um ambiente propício ao ensino e à aprendizagem, promovendo ainda, atitudes patriotas aos estudantes.

Por outro lado, críticos argumentam que esse modelo pode reforçar uma cultura hierárquica e autoritária, limitando a liberdade de expressão e o desenvolvimento individual dos estudantes, impactando na sua autonomia como indivíduo e na diversidade de ideias dentro do ambiente escolar, pois, colocando foco na hierarquia e disciplina exagerada, pode-se sufocar a criatividade e a capacidade de questionar de forma crítica, desviando a atenção da verdadeira missão da educação que é o desenvolvimento intelectual, acadêmico e social dos estudantes.

Assim, esse debate não deve ser simplificado a algo certo ou errado, deve-se buscar um entendimento nos contextos específicos onde essas escolas se localizam e suas respectivas comunidades escolares, avaliando de forma crítica seus impactos sobre os estudantes e a sociedade, e, somente assim, decidir se esse modelo educacional realmente se reproduzirá numa educação inclusiva e de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

PARANÁ. Lei Estadual nº 20338, de 06 de outubro de 2020. Institui o Programa Colégios Cívico--Militares no Estado do Paraná e dá outras providências. Disponível em:

<<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=239004&codItemAto=1497307>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Manual Colégios Cívico-Militares. Curitiba, 2024. Disponível em:

https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2024-04/manual_colegios_civico_militares_4educacao.pdf. Acesso em junho 2024.